

**REZENDE BARBOSA S.A. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES**

C.N.P.J. nº 44.358.034/0001-28

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, apresentamos os Balanços Patrimoniais e demais contas referentes aos exercícios encerrados em 31 de março. Tarumã-SP, 30 de junho 2023.

Ativo	Balanço patrimonial em 31 de março - Em milhares de reais		
	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.931	18.152
Demais contas a receber	6	4	17
Outros ativos	7	543	307
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>9.478</b>	<b>18.476</b>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Outros ativos	7	192	199
		192	199
		192	199
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>192</b>	<b>199</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>9.670</b>	<b>18.675</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de março - Em milhares de reais	Demonstração das mudanças do patrimônio líquido		
	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados
<b>Em 31 de março de 2021</b>		<b>31.404</b>	<b>(30.946)</b>
Lucro líquido do exercício		-	1.574
<b>Em 31 de março de 2022</b>		<b>31.404</b>	<b>(29.372)</b>
Prejuízo do exercício		-	(2.996)
Redução de capital	8 (a)	(6.000)	(6.000)
<b>Em 31 de março de 2023</b>		<b>25.404</b>	<b>(32.368)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Informações gerais** - A Rezende Barbosa S.A. Administração e Participações ("Sociedade") é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada em Tarumã, Estado de São Paulo, tem como objetivo a participação, administração e o gerenciamento em outras empresas. Em 31 de março de 2023, a Sociedade não possuía compromisso com terceiros. **(a) Impacto do Coronavírus (Covid-19) nas Demonstrações Financeiras** - A declaração da pandemia em março de 2020 causou volatilidade nos mercados globais. As principais economias adotaram medidas para evitar uma recessão, no Brasil, foram implementadas ações de prevenção e contenção, como adiamento de tributos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou em maio de 2023 o fim da Emergência de Saúde Pública da pandemia da Covid-19, o anúncio ocorreu mais de três anos depois que a pandemia foi decretada pela entidade, em 2020. Nas demonstrações financeiras até março de 2023, não houve impactos significativos ou apresentado risco a continuidade das operações. **2. Resumo das principais políticas contábeis** - As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações** - 2.1.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações - As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de abril de 2022: **• Alteração ao CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. **• Alteração ao CPC 15 "Combinação de Negócios"**: substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. **• Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** (i) CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de relacionamento do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. A Sociedade, após avaliação de seu conteúdo, concluiu não ter impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. **2.1.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor** - Em 4 de julho de 2022, o CPC - Comitê de Pronunciamento Contábeis emitiu o vigésimo documento de revisão de normas contábeis. As entidades devem aplicar essas alterações nos exercícios anuais com início em, ou após, 1º de Abril de 2023, ou seja, não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC. **• Alteração do conceito de "estimativas contábeis"** do item 5, dos itens 32, 34, 38 e 48 e do título do item 32 e inclusão dos itens 32A, 32B, 34A e 541 no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para esclarecer como devem ser distinguidas as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, aplicadas nas transações ou eventos prospectivamente, retrospectivamente e ao período atual. **• Inclusão da definição de "políticas contábeis"** no item de 7, alterando a letra e do item 10, o inciso ii da letra c do item 114 e dos itens 117 e 122, incluindo os itens de 117A e 117E e 139V e excluindo os itens 118, 119 e 121 no CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, para que na divulgação das políticas contábeis seja as "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas", trazendo a definição e explicação de como identificá-las. **• Alteração dos incisos (i) e (ii) da letra b do item 15, as letras b e c do item 22 e as letras a e b do item 24 e inclusão do inciso (iii) da letra b do item 15, do item 22A, da letra c do item 24, dos itens 98J, 98K e 98L e do exemplo 8 do Apêndice B no CPC 32 - Tributos sobre o lucro, para requer o reconhecimento do imposto diferido sobre as transações que no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento). Não há outras normas CPCs ou interpretações ICPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade. **2.2 Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, e evidenciam todas as informações relevantes principais das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Sociedade em 30 de junho de 2023. **2.3 Conversão de moeda estrangeira - Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Sociedade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Sociedade. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5 Ativos financeiros - 2.5.1 Classificação e mensuração** - A administração avalia os modelos de negócios que se aplicam aos ativos financeiros mantidos pela Sociedade e classifica os instrumentos financeiros nas devidas categorias: instrumentos de dívida e instrumento de patrimônio. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado: ao valor justo por meio do resultado; ao custo**

amortizado; ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. **(a) Valor justo por meio do resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos derivativos e os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender. Os ativos financeiros, quando existentes nesta categoria são classificados no ativo circulante. **(b) Custo amortizado** - Os ativos financeiros categorizados como custo amortizado são os investimentos, cujo o modelo de negócios estabelece que sejam mantidos para a coleta de fluxos de caixa contratuais, que representam apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal. **(c) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes** - Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com ganhos ou perdas revertidos para lucros ou perdas no desreconhecimento. Os ativos financeiros, quando existentes nesta categoria são os instrumentos de dívida cotados da Sociedade que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender. **2.5.2 Reconhecimento e mensuração** - As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, mediante cumprimento das obrigações entre as partes. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. O custo amortizado inclui os empréstimos e recebíveis e são contabilizados usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **2.5.3 Perda (impairment) de ativos financeiros** - As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Sociedade aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício, com o objetivo de determinar a perda esperada. Um ativo ou grupo de ativos financeiros que está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Sociedade usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) a Sociedade, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Sociedade pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. A Sociedade não identificou evidência de impairment para os exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022. **2.5.4 Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte. **2.6 Demais contas a receber** - Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Sociedade. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, e se aplicável estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber, são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para impairment. **2.7 Outros ativos** - Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo. **2.8 Impairment de ativos não financeiros** - Os ativos que têm uma vida útil

Demonstração do resultado			
Exercícios findos em 31 de março - Em milhares de reais			
	Nota	2023	2022
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Gerais e administrativas	9	(20.229)	(12.947)
Outras receitas, líquidas	9	15.248	14.277
<b>Prejuízo (Lucro) operacional antes de participação societária e resultado financeiro</b>		<b>(4.981)</b>	<b>1.330</b>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	10	2.008	1.258
Despesas financeiras	10	(23)	(55)
		1.985	1.203
<b>Prejuízo (Lucro) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(2.996)</b>	<b>2.533</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	(959)
<b>Prejuízo (Lucro) líquido do exercício</b>		<b>(2.996)</b>	<b>1.574</b>
<b>Prejuízo (Lucro) líquido por ação</b>	8 (d)	<b>(0,19)</b>	<b>0,09</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de março - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	2023	2022	
<b>Prejuízo (Lucro) líquido do exercício</b>	<b>(2.996)</b>	<b>1.574</b>	
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(2.996)</b>	<b>1.574</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (UGCs). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do impairment. Em março de 2023, a Sociedade não tem ágio, ou ativos sujeitos a depreciação, apenas terras registradas no immobilizado, sobre as quais não foi identificado qualquer indicativo de impairment. **2.9 Contas a pagar aos fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. **2.10 Imposto de renda e contribuição social** - As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem aos tributos correntes. Os tributos sobre a venda são reconhecidos na demonstração do resultado. O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamentos às autoridades fiscais. **2.11 Reconhecimento de receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. A Sociedade reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Sociedade baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Receita financeira** - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **(b) Componentes de financiamento** - A Sociedade não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência de bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Sociedade não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo. **2.12 Demais receitas e despesas** - As demais receitas e despesas são registradas ao resultado do exercício, de acordo com o regime contábil de competência do exercício. **3. Gestão de risco financeiro - 3.1 Fatores de risco financeiro** - A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, nos próximos 12 meses, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Em 31 de março de 2023 e 2022, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e a administração não operou com os mesmos durante os exercícios mencionados. **(a) Risco de liquidez** - É o risco de a Sociedade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. **(b) Risco de mercado - risco com taxa de juros** - Esse risco é oriundo da possibilidade de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Sociedade monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de operação para sua proteção. As principais aplicações financeiras são representadas substancialmente por operações lastreadas por CDB, indexadas ao CDI, efetuadas com instituições financeiras de primeira linha e com características de alta liquidez e circulação no mercado. Em 31 de março de 2023 e 2022, a Sociedade não possuía qualquer contrato com a finalidade de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas, bem como não contratou operações de empréstimos e financiamentos. **3.2 Gestão de capital** - O objetivo da Sociedade ao administrar sua estrutura de capital é o de assegurar a continuidade de suas operações e financiar oportunidades de investimento, mantendo um perfil de crédito saudável e oferecendo retorno adequado a seus acionistas. A Sociedade monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida. Em 31 de março de 2023 e 2022, a Sociedade não possui saldo de empréstimos e financiamentos a pagar.

Demonstração do fluxo de caixa - Exercícios findos em 31 de março			
Em milhares de reais			
	Nota	2023	2022
<b>Fluxo de caixa de atividades operacionais:</b>			
<b>Prejuízo (Lucro) líquido do exercício</b>		<b>(2.996)</b>	<b>1.574</b>
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Demais contas a receber e outros ativos		(216)	2.706
Fornecedores		(1)	(5)
Impostos e taxas		(8)	(63)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais</b>		<b>(3.221)</b>	<b>4.212</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamentos:</b>			
Redução de capital	8 (a)	(6.000)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(6.000)</b>	<b>-</b>
<b>Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(9.221)</b>	<b>4.212</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>18.152</b>	<b>13.940</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>8.931</b>	<b>18.152</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Instrumentos financeiros por categoria			
Ativos			
	2023	2022	
Caixa e equivalentes de caixa	8.931	18.152	
Demais contas a receber	4	17	
Outros ativos	543	307	
	9.478	18.476	
	2023	2022	
<b>Passivos</b>			
Juros sobre capital próprio a pagar	16.493	16.493	
	16.493	16.493	

**5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** - A Sociedade possui em caixa e depósitos bancários R\$ 8.931 (2022 - R\$ 18.152) de aplicações financeiras representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e são remuneradas por 102,3% (2022 - 105,7%) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. **6. Demais contas a receber** - A Sociedade possui em demais contas a receber R\$ 4 (2022 - R\$ 17) de adiantamento a fornecedores diversos referente nota de débito com devedores diversos.

7. Outros ativos			
	2023	2022	
Impostos federais (IRPJ e IRRF)	523	249	
Contribuições federais a compensar - CSLL	10	48	
Outros	202	209	
	735	506	

**8. Patrimônio líquido - (a) Capital Social** - O capital social totalmente integralizado é representado em 31 de março de 2023 por 13.497.703 (2022 - 16.689.192) ações sem valor nominal. Em 19 de janeiro de 2023, decidem os sócios, por unanimidade, promover a redução do capital social de R\$ 31.404 para R\$ 25.404, com o cancelamento de 3.191.489 (três milhões, cento e noventa e um e quatrocentos e oitenta e nove) quotas iguais de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, mediante a restituição aos acionistas, em iguais proporções, conforme respectivas participações no capital social da Companhia. **(b) Reserva de lucros - Legal:** A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% sobre o lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **A serem destinados:** a destinação do saldo das reservas de lucros será definida em assembleia geral ordinária. **(c) Dividendos** - A definição sobre o montante de dividendos a serem distribuídos será determinada em Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o estatuto social da Sociedade, os acionistas têm o direito de receber como dividendos mínimos obrigatórios, em cada exercício, 6% (seis por cento) do lucro líquido, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição de reserva legal; e (b) importância destinada à formação da reserva de contingências, e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores. **(d) Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação** - O lucro ou prejuízo por ação foi calculado pela média ponderada do valor por ação e está apresentado conforme quadro abaixo:

	2023	2022
Prejuízo (Lucro) utilizado na apuração do resultado básico e diluído por ação	(2.996)	1.574
Quantidade média de ações no período (em milhões)	16.006	16.689
Prejuízo (Lucro) líquido por ação - básico e diluído	(0,19)	0,09

**9. Despesas gerais e administrativas** - A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é como segue:

	2023	2022
<b>Gerais e administrativas</b>		
Aluguéis / arrendamentos	(19.998)	(12.552)
Despesas com processos judiciais	(74)	(158)
Serviços terceiros	(128)	(143)
Despesas com cartório	(6)	(8)
Outros	(23)	(86)
	(20.229)	(12.947)
<b>Outras receitas, líquidas</b>		
Receita com subarrendamento	16.904	15.797
Dividendos recebidos	-	1
Impostos, taxas e contribuições	(1.657)	(1.520)
Outros	1	(1)
	15.248	14.277
	2023	2022

**10. Resultado financeiro**

	2023	2022
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	1.986	1.221
Juros diversos	22	37
	2.008	1.258
Despesas financeiras:		
Juros diversos	(21)	(54)
Outros	(2)	(1)
	(23)	(55)
	1.985	1.203

**11. Eventos subsequentes - Não modulação dos efeitos da quebra da coisa julgada** - Em decisão unânime tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. Em virtude disso, a Sociedade está monitorando o andamento do tema, assim como a repercussão dos efeitos da decisão. A Sociedade revisou a probabilidade de perda dos processos e concluiu, até o momento, não ter impacto em suas demonstrações financeiras findadas em 31 de março de 2023.

**A Administração**

Alberto Asato - Diretor Superintendente

Wendel Marques Cordeiro de Barros - Supervisor de Controladoria - CRC 1 SP 263133/O-1

